

CFC investe em desenvolvimento profissional

Págs. 4 e 5

Curso de Contabilidade Internacional

Págs. 6

II Congresso Anpcont



Pág. 7

Convênio com a Fipecafi/USP

Nesta edição

3 Comissão de estudos da Reforma Tributária
8 CRCSP
8 Audiências no Senado

9 Conferência CReCER
9 Fórum BRIC
10 Prolatino
11 Seminário de Presidentes

11 Controle Interno
12 8º EQT
12 Entrevista

Plenário do CFC

Presidente

Contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim

Vice-presidentes

Contador Enory Luiz Spinelli
Contadora Luci Melita Vaz
Contador Nelson Mitimasa Jinzenji
Contador Adeildo Osório de Oliveira
Contador José Martonio Alves Coelho
Contador Juarez Domingues Carneiro
Contadora Sílvia Mara Leite Cavalcante

Conselho Consultivo

Ynel Alves de Camargo
Olívio Koliver
Antônio Lopes de Sá
Sérgio Approbato Machado
Antonio Carlos Nasi
José Serafim Abrantes
José Maria Martins Mendes
João Verner Jueneemann
Alcedino Gomes Barbosa
José Martonio Alves Coelho

Conselheiros Efetivos

Contador Adeildo Osório de Oliveira
Contador Enory Luiz Spinelli
Contador Francisco Fernandes de Oliveira
Contador Francisco José dos Santos Alves
Contador João de Oliveira e Silva
Contador José Martonio Alves Coelho
Contador José Wagner Rabelo Mesquita
Contador Juarez Domingues Carneiro
Contadora Jucileide Ferreira Leitão
Contadora Luci Melita Vaz
Contadora Lucilene Florêncio Viana
Contador Luiz Carlos Vaini
Contador Luiz Henrique de Souza
Contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim
Contador Nelson Mitimasa Jinzenji
Contador Nelson Zafra
Contador Sebastião Célio Costa Castro
Contadora Sílvia Mara Leite Cavalcante
Téc. em Contabilidade Bernardo Rodrigues De Souza
Técnico em Contabilidade Grimaldi Gonçalves Dantas
Téc. em Contabilidade José Augusto Costa Sobrinho
Téc. em Contabilidade José Cléber da Silva Fontineles
Téc. em Contabilidade José Lopes Castelo Branco
Téc. em Contabilidade José Odilon Faustino
Téc. em Contabilidade Miguel Ângelo Martins Lara
Técnico em Contabilidade Paulo Luiz Pacheco
Técnico em Contabilidade Pedro Miranda

Conselheiros Suplentes

Contador Amândio Ferreira dos Santos
Contador Antônio Carlos Dóro
Contador Carlos Henrique Menezes Lima
Contador Cláudio Morais Machado
Contador Décio Sarda
Contador Delmiro da Silva Moreira
Contador José Corrêa de Menezes
Contador Luiz Antonio Balaminut
Contador Orismar Parreira Costa
Contador Paulo César de Castro
Contador Pedro Alves
Contador Rivaldo Costa Sarmento
Contador Roberto Carlos Fernandes Dias
Contador Wellington do Carmo Cruz
Contadora Elizabeth Coimbra Lisboa
Contadora Eulália das Neves Ferreira
Contadora Marly das Graças Amorym Tocantins
Contadora Verônica Cunha de Souto Maior
Téc. em Contabilidade Aluizio Pires de Oliveira
Téc. em Contabilidade Gilsandro Costa de Macedo
Téc. em Contabilidade João Valdir Stelzer
Téc. em Contabilidade José Amarísio Freitas de Souza
Téc. em Contabilidade Mário César de Magalhães Mateus
Téc. em Contabilidade Mário Rodrigues de Azevedo
Téc. em Contabilidade Paulo Viana Nunes
Téc. em Contabilidade Ronaldo Marcelo Hella
Téc. em Contabilidade Vivaldo Barbosa Araújo Filho

Editorial

Palavra da Presidente

Maria Clara Cavalcante Bugarim

Esta edição do nosso Jornal está recheada de interessantes matérias, apreciáveis pela riqueza de conteúdo, dando conta do largo campo de atuação do Conselho Federal de Contabilidade. Leiam-se notícias do circuito interno, gestões no Congresso Nacional e, ainda, o registro da presença dos contabilistas brasileiros em destacadas instâncias internacionais. Deixo-as com a inteligente e sadia curiosidade do leitor.

Gostaria de concentrar esta minha Palavra em uma idéia que acredito poderá trazer – com a sua continuada prática – novos e duradouros benefícios para o desenvolvimento profissional dos contabilistas.

Faço uso deste privilegiado espaço do **Jornal do CFC** – a exemplo do Editorial da última edição da Revista Brasileira de Contabilidade – para tratar dessa importante inovação, que pretendo colocá-la em prática a partir do 18º CBC.

O próximo Congresso Brasileiro de Contabilidade, do ponto de vista da **qualidade** dos congressistas, felizmente, já garantiu a participação da fina flor da Contabilidade nacional. A começar pelos pensadores e escritores mais respeitados, inclusive no cenário internacional, teremos a presença dos detentores da “Medalha João Lyra”; dos coordenadores de importantes centros de Ciências Contábeis; dos mestres e doutores responsáveis pela formação de contadores nas nossas principais faculdades; dos autores de trabalhos técnico-científicos de alto nível, submetidos ao Congresso; dos estudantes de contabilidade mais inteligentes, que dão prova disso com o interesse na construção da própria carreira, vindo ao Congresso. Além, naturalmente, da quase totalidade das lideranças responsáveis pela condução das entidades representativas da classe contábil brasileira, acrescida de uma amostra significativa de destacados profissionais e empresários bem-sucedidos no seu mercado de trabalho.

Do ponto de vista **quantitativo**, mesmo com um número de inscrições feitas, que superou as mais otimistas expectativas, ainda assim reuniremos em Gramado (RS) menos de 1,5% do total de contabilistas registrados no Sistema CFC/CRCs. O ideal seria alcançarmos o maior número possível de profissionais contábeis – sem a oportunidade

e o privilégio de participar deste Congresso –, sintetizando-os nessa profícua experiência; integrando-os, de alguma forma, na sinergia de tão rico momento da Contabilidade brasileira.

Assim pensando, aproveito o ensejo para reforçar, aqui, o desafio que venho fazendo à privilegiada elite que engrandecerá, com a sua presença, o 18º CBC.

Estou **CONCLAMANDO** todos os participantes para assumirem, perante a classe contábil brasileira, o compromisso de democratizarmos as informações e os conhecimentos técnicos obtidos no Congresso. A proposta objetiva é de, no decorrer do mês de setembro-2008, reunirmos nas cidades de origem dos congressistas, nas repartições públicas e empresas; nos diretórios acadêmicos e salas de aula; auditórios das entidades de classe, mormente nos Conselhos Regionais de Contabilidade, o maior número possível de profissionais e estudantes, para discutirem o que se passou no 18º CBC, com a finalidade de repassar os conhecimentos, divulgar os trabalhos científicos aprovados e dar conta de outras novidades que julgarmos importantes e pertinentes ao desenvolvimento do Contabilista.

Uma vez aceita esta proposta e cumprida a fase operacional do **PÓS-EVENTO**, os vice-presidentes de Desenvolvimento Profissional de cada CRC fariam uma súmula das principais providências – matérias divulgadas, palestras, mesas-redondas, debates e/ou providências correlatas –, consolidando a experiência em suas respectivas áreas e encaminhando ao CFC para servirem de adendo aos anais do Congresso.

Acredito que munidos de boa-vontade para aperfeiçoar essas idéias e aplicando-as, sistematicamente, após todos os grandes eventos da nossa classe, estaríamos dando um salto de excelência na cultura contábil brasileira, por meio da democratização do inestimável patrimônio de conhecimento que a nossa união enseja. Ademais, transmitindo o conhecimento, não só ampliamos, como melhor consolidamos o nosso próprio aprendizado.



Iderlon Calassancio

Expediente

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
SAS - QUADRA 5 - BLOCO J - Ed. CFC
CEP 70070-920 - BRASÍLIA-DF
TEL: (61) 3314-9600 - FAX: (61) 3314-9514
www.cfc.org.br - cfc@cfc.org.br

Permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte.

Jornal do CFC

Ano 11 - Nº 93 - maio/junho 2008
EDIÇÃO/JORNALISTA RESPONSÁVEL: Fabrício Santos - DF 2887JP
REDAÇÃO: Fabrício Santos e Maristela Giroto
PROJETO GRÁFICO: Marcus Hermeto
DIAGRAMAÇÃO: Igor Outeiral
REVISÃO: Maria do Carmo Nóbrega e Patrício Noronha
COLABORAÇÃO: Rosângela Bekman e Hellen Loures
TEL: (61) 3314-9513
comsocial@cfc.org.br
Tiragem: 75.000 exemplares

repec

Acesse o site www.repec.org.br
e conheça a Revista de Educação
e Pesquisa em Contabilidade



Divulgação

Audiência pública da Comissão Especial da Reforma Tributária da Câmara dos Deputados

José Maria Martins Mendes (à esquerda) apresenta trabalho do Grupo do CFC

Comissão apresenta sugestões do CFC para a reforma tributária

O coordenador da comissão do Conselho Federal de Contabilidade para estudos da reforma tributária, José Maria Martins Mendes, apresentou aos conselheiros do CFC, em 19 de junho, e aos presidentes dos Conselhos Regionais de Contabilidade, no dia 4 de julho, o resultado do trabalho do grupo: mais de 20 emendas modificativas à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 233/08, de autoria do Poder Executivo – proposição que tramita em conjunto com a PEC 31/07, de autoria do deputado Virgílio Guimarães (PT/MG) –, que altera o Sistema Tributário Nacional. As emendas modificativas serão agora apresentadas à Câmara dos Deputados por parlamentares já contatados pelo CFC.

A presidente Maria Clara Cavalcante Bugarim agradeceu a contribuição dada pelos experientes integrantes da comissão, composta por Martins Mendes, Antônio Carlos de Castro Palácios, Domingos Xavier Teixeira, João Alfredo de Souza Ramos, Marta Ferreira Arakaki, Sérgio Silveira Melo e Sérgio Aprobato Machado.

Os pontos relevantes identificados pelo grupo a respeito da PEC 233/08 já haviam sido expostos aos deputados federais por Martins Mendes, no dia 4 de junho, durante audiência pública da Comissão Especial de Reforma Tributária da Câmara dos Deputados. Essa Comissão Especial é presidida pelo deputado Antonio Palocci (PT-SP) e tem como relator o deputado Sandro Mabel (PR-GO).

Coordenador da comissão e ex-presidente do CFC (mandato

o princípio da transparência tributária, que está previsto no parágrafo 5º do artigo 150 da Constituição Federal (CF).

- **Bitributação:** O novo texto constitucional proposto na PEC 233 permitirá a bitributação em relação à produção e à comercialização de produtos que tenham na sua fase produtiva incidência do ISS e do novo ICMS.

- **Inclusão do IPI no IVA-F:** Não há razão de se deixar o IPI fora do IVA-F. Na pior hipótese,

deve-se deixar o IPI apenas para alguns poucos produtos, visando exclusivamente ter a função regulatória desses produtos específicos (exemplos: cigarro, armas, bebidas, perfumes e outros).

- **Princípio da não-cumulatividade:** A obscuridade em torno do princípio da não-cumulatividade do IVA-F, a

depende do que dispuser a lei complementar (inciso I, parágrafo 1º. do artigo 155-A).

- **Suspensão do princípio da anterioridade do novo ICMS:**

Suspensão temporária, por dois anos, do princípio da anterioridade em relação ao novo ICMS (art.4.º da PEC 233 – “As vedações do art. 150, III, ‘b’ e ‘c’, da CF não se aplicam ao novo ICMS”), podendo afetar o planejamento dos contribuintes, em relação a esse tributo. Na própria CF deveria constar essa definição, para assegurar ao contribuinte a compensação do imposto pago em todas as operações ou prestações ante-

riores, inclusive nas aquisições para o ativo imobilizado, uso ou consumo.

- **Limitação constitucional da carga tributária:** Diante da possibilidade de se ter um grande aumento da carga tributária, é necessário que seja fixada, constitucionalmente, a carga tributária máxima. Ultrapassada essa carga tributária máxima, faz-se necessário reduzir as alíquotas incidentes sobre os produtos, mercadorias e serviços de primeira necessidade, até que se alcance novamente o limite estabelecido.

- **Instituição ou majoração do IVA-F por Medida Provisória:** O IVA-F não pode estar incluído nos requisitos dos impostos de natureza regulatória, como II, IE, IPI e IOF, previstos no parágrafo 2.º do artigo 62 da CF, que podem ser criados ou majorados por Medida Provisória. O IVA-F está sendo criado exclusivamente com fins arrecadatórios.

- **Exclusão do IVA-F do princípio da anterioridade:** Da mesma forma, o IVA-F não deve ser incluído no elenco de impostos do parágrafo 1º do artigo 150 da CF, dos quais não se exige o respeito ao princípio da anterioridade.

- **Alargamento do prazo de 90 para 180 dias dos tributos não regulatórios:** Apesar de não ter previsão na PEC 233, é necessário alargar o prazo de 90 dias (letra “c” do inciso III do artigo 150 da CF) para 180 dias, visando garantir maior previsibilidade dos impactos da carga tributária sobre os orçamentos das pessoas jurídicas de direito público e privado, excetuando-se dessa restrição os impostos de caráter regulatório (II, IE, IPI e IOF).



Membros da Comissão do CFC para estudos da Reforma Tributária

de 1994 a 1997), Martins Mendes detalhou aos conselheiros as emendas modificativas que têm como base as seguintes considerações da comissão:

- **Princípio da transparência tributária:** A PEC 233 sacramenta o regime de ocultação da real carga tributária. O inciso V do parágrafo 6º do artigo 153 consagra expressamente a tributação por dentro, transformando, por exemplo, uma alíquota de 18% em 21,28%, ferindo mortalmente



José Maria Martins Mendes, coordenador da Comissão do CFC

CFC realiza Curso de Co

Professores de cursos de Ciências Contábeis oriundos de Instituições de Educação Superior (IESs) de todos os estados participaram, de 26 a 30 de maio e de 7 a 11 de julho, na sede do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em Brasília, do curso de Contabilidade Internacional. Trata-se de uma iniciativa do CFC, com a finalidade de contribuir efetivamente para a capacitação de docentes nessa área, atualmente um conhecimento contemplado por pequeno número de IESs brasileiras.

Na abertura das duas turmas do curso, o vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CFC, José Martonio Alves Coelho – representando a presidente do CFC Maria Clara Cavalcante Bugarim –, falou aos professores sobre a necessidade iminente e imprescindível de atender às novas exigências do mercado, trazida pela Lei n.º 11.638/07, que torna obrigatória a adoção do padrão contábil internacional pelas empresas brasileiras nos próximos anos.



O curso foi realizado no Plenário do CFC

“Todos sabem que existe um prazo estabelecido para a harmonização das normas contábeis ao padrão internacional. Fizemos uma pesquisa e verificamos que poucas IESs do Brasil sequer possuem Contabilidade Internacional em seus conteúdos programáticos. Preocupada com isso, a presidente Maria Clara decidiu que o CFC deveria atuar para disseminar co-

hecimento em relação às novas práticas de contabilidade”, afirmou o vice-presidente.

O curso foi ministrado pelo professor Jorge Katsumi Niyama, coordenador do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional em Ciências Contábeis – Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O CFC possui parceria com a UnB há sete anos, patrocinando a formação de especialistas e de mestres em Contabilidade por meio do programa Excelência na Contabilidade. Além da UnB, várias outras conceituadas IESs participam desse Programa do CFC.

O vice-presidente de Desenvolvimento Profissional afirmou ainda que o CFC investiu recursos

para a realização das duas turmas do curso para que esse conteúdo possa ser replicado nos estados. “É fundamental que estejamos todos engajados nesse processo de disseminação do conhecimento, e ninguém melhor do que os senhores, que são professores experientes, para repassar, pelo menos, para duas turmas nos seus estados”, acrescentou, explicando que essa é uma forma de contribuição de todos os participantes à classe contábil.

José Martonio aproveitou a oportunidade para convidar os presentes para o 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, que será realizado de 24 a 28 de agosto, em Gramado (RS). “Estamos trabalhando para que este seja o mais bem estruturado Congresso Brasileiro de Contabilidade que já realizamos”, afirmou.



O diretor-executivo do CFC, Dorgival Benjoi; o vice-presidente de Desenvolvimento Profissional, José Martonio Alves Coelho; e o professor Jorge Katsumi Niyama, na abertura do Curso

Depoimentos

“ Considero a participação nesse curso muito importante, pois trabalho com Teoria da Contabilidade e Análise das Demonstrações Contábeis. Com a edição da Lei n.º 11.638/07 e o estabelecimento de prazo para o Brasil ingressar nas normas internacionais, tornou-se necessário mostrar para os alunos o que vai haver de diferente em termos de registro, mensuração e evidenciação dos procedimentos contábeis. O contato com as normas internacionais e a própria realização desse curso abriram, para mim, horizontes de estudo das Ciências Contábeis, que irão alavancar muito o conteúdo a ser transmitido em sala de aula. ”

Nadson Jaime Ferreira, professor da Universidade Federal do Pará (UFPA) e coordenador do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário do Pará (Cesupa).

ntabilidade Internacional

“

A participação nesse curso é de fundamental importância para nós, professores, porque a partir de 2008 o Brasil adotou, com a Lei n.º 11.638/07, as normas internacionais de contabilidade, e não há, atualmente, um número suficiente de professores devidamente preparados para essa realidade recente. Agora poderemos reproduzir esse conhecimento. Outro aspecto importante é a valorização da profissão contábil que foi trazida pela Lei; esse curso veio ao encontro da nova perspectiva profissional. Na região Oeste de Santa Catarina, onde trabalho, os alunos estão interessados em Contabilidade Internacional, e os demais professores já aguardam a capacitação que iremos levar a partir da realização desse curso.”

Roberto Aurélio Merlo, professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) e diretor executivo de Controladoria do Grupo DASS.

“

É fundamental a importância desse curso, porque hoje praticamente não há agentes multiplicadores do conhecimento de Contabilidade Internacional. Isso é uma exigência do mercado que, infelizmente, a academia não tem conseguido atender. Sabemos que há professores doutores com profundo saber, mas que não conseguem atender à demanda por esse conhecimento. Esse curso demonstra a preocupação com a busca por multiplicadores de Contabilidade Internacional.”

Carlos Aragaki, professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo e membro da Câmara de Auditores do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon).

Depoimentos

“

Na PUC de São Paulo, recentemente reestruturamos a grade do curso de Ciências Contábeis e incluímos a disciplina de Contabilidade Internacional, agora precisamos buscar o aprimoramento dos professores.

Acreditamos que esse conhecimento precisa ser aprofundado, e esse curso é uma grande oportunidade para isso. Considero também muito inteligente a forma que o Conselho Federal de Contabilidade escolheu para realizar a disseminação desse conteúdo, promovendo a capacitação de docentes, que serão posteriormente multiplicadores.”

Adhemar Caroli, chefe do Departamento de Ciências Contábeis da PUC de São Paulo

“

Esse curso é extremamente importante por muitos motivos, mas destaco que a contabilidade brasileira está em processo de mudança e de evolução. Como toda mudança enfrenta resistências, esse curso poderá mostrar para onde estamos caminhando e possibilitará a superação de resistências que possa haver.”

Cláudio Moraes Machado, conselheiro do CFC e professor da Faculdade Dom Bosco, de Porto Alegre.

Profissionais de Brasília assistem à palestra sobre a Lei n.º 11.638/07

O auditório do Conselho Federal de Contabilidade recebeu cerca de 200 profissionais contábeis, no dia 8 de julho, para assistir à palestra “A nova Lei das S/A e a internacionalização da contabilidade”, ministrada pelo professor da Universidade de São Paulo (USP) Ariovaldo dos Santos. Entre os presentes, estavam alguns presidentes de Conselhos Regionais de Contabilidade; conselheiros do CFC e do Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal (CRCDF); o diretor executivo do CFC, Dorgival Benjoi; e contabilistas de Brasília.

A palestra faz parte de parceria firmada pelo Conselho Federal de Contabilidade com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), entidade vinculada à Universidade de São Paulo (USP). Por meio dessa parceria, treze capitais brasileiras receberão o professor Ariovaldo dos Santos para



falar sobre mudanças trazidas pela Lei n.º 11.638/07 e sobre os esforços que visam à internacionalização das normas contábeis (*saiba mais sobre esse assunto na página 7*).

Na abertura da palestra, o presidente do CRCDF, Gerardo Monteiro de Paiva Gama, destacou a impor-

tância da atualização profissional, especialmente sobre a nova Lei.

Além das palestras presenciais, a parceria firmada entre o CFC e a Fipecafi prevê também a disponibilização aos contabilistas de palestra virtual, em modalidade *e-learning*, desenvolvida com elementos gráfi-

cos animados e áudio gravado pelos professores autores – Ariovaldo dos Santos e Eliseu Martins – que poderá ser acessada brevemente no site do CFC (www.cfc.org.br), inclusive com versão para impressão dos slides da palestra e da transcrição do áudio em formato Adobe Acrobat (.pdf). Também haverá a constituição de um fórum de discussão para a participação dos contabilistas interessados.



Prof. Ariovaldo dos Santos

II Congresso Anpcont



Mesa de honra da abertura do evento

O Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – Anpcont foi realizado no período de 15 e 16 de junho de 2008, em Salvador (BA), no Hotel Pestana Bahia. Representantes da comunidade acadêmica e do Sistema CFC/CRCs prestigiaram o evento, que tem como premissa proporcionar a interação entre comunidade acadêmica, pesquisadores, professores e estudantes, representando um meio de divulgação da produção técnico-científica na área das Ciências Contábeis.

A mesa da solenidade foi composta pelo professor Dr. Antonio Alberto Lopes, pró-reitor de pesquisa e pós-graduação, representando o Magnífico Reitor da Universidade Federal da Bahia; presidente da Anpcont, professor Dr. Fábio Frezatti; presidente do Conselho Federal de Contabilidade, contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim; diretora científica da Anpcont, professora Dr. Ilse Maria Beuren; dire-

tor administrativo-financeiro da Anpcont, professor Dr. Jorge Katsumi Niyama; diretor da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Bahia, professor Dr. Sudário de Aguiar Cunha; presidente do Conselho Regional de Contabilidade da Bahia, contadora **Maria Constança Carneiro Galvão**; coordenador do programa de pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Bahia, Joseilton Silveira da Rocha.

O presidente da Anpcont, professor Dr. **Fábio Frezatti**, fez a abertura do evento agradecendo aos soteropolitanos e aos patrocinadores da II edição do Congresso, em especial ao CFC. Na oportunidade, o professor disse que a Anpcont está lançando seu periódico eletrônico – denominado Asa – e que mais dois programas de

pós-graduação foram aprovados no País. Segundo Fábio, o III Congresso Anpcont, ainda sem data marcada, será internacional, oportunidade em que serão discutidas experiências na área contábil de outros países.

A presidente do CFC, contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim, ao fazer uso da palavra, enalteceu o trabalho realizado pela diretoria da Anpcont pela organização e qualidade dos

trabalhos apresentados. “Sem dúvida, o envolvimento de toda comunidade acadêmica com a classe contábil estimulará, e muito, a produção técnico-científica em Contabilidade”.

A diretora científica da Anpcont contadora Ilse Maria Beuren apresentou dados sobre a submissão dos trabalhos científicos. Segundo Ilse, foram submetidos 432 resumos, dos quais 151 foram recomendados, e 139 trabalhos, sendo aprovados 47. As áreas temáticas do II Anpcont

foram Controladoria e Contabilidade Gerencial; Contabilidade para Usuários Externos; Mercado Financeiro, de Crédito

e de Capitais e Educação de Pesquisas em Contabilidade. “A quantidade de trabalhos reforça o forte interesse da comunidade científica contábil”, revela Ilse.

O prof. Dr. Sudário de Aguiar Cunha e ex-conselheiro do CFC disse que sempre lutou pela união da academia com a corporação. “Agradeço ao ex-presidente do CFC José Martonio Alves Coelho pela implantação dos cursos *stricto* e *lato sensu* da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Bahia”. Já a presidente do CRCBA, contadora Maria Constança Carneiro, ressaltou a importância do evento. “A segunda edição da Anpcont proporcionará a disseminação dos conhecimentos adquiridos, contribuindo para o fortalecimento do ensino e da pesquisa contábil em suas bases”.

O evento é patrocinado pelo CFC, CRCBA, PriceWaterHouseCoopers, Editora Atlas, TAM e conta com o apoio do CNPq, UnB, USP, Capes, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), UFBA e FURB.



Adeildo Osorio de Oliveira, José Martonio Alves Coelho e Sudário de Aguiar Cunha



Divulgação



Divulgação

I Congresso

ANPCONT

Premiação – Trabalhos científicos

A entrega da premiação dos trabalhos vencedores ocorreu no dia 16 de junho. Confira abaixo os autores premiados.

Área: **Controladoria e Contabilidade Gerencial**

Trabalho: *Sunk cost e insistência irracional: o comportamento face às decisões de alocação de recursos.*

Autores: César Augusto Tibúrcio Silva, Naiára Tavares, Domingos (Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – UnB/UFPB/UFRRN)

Área: **Contabilidade para Usuários Externos**

Trabalho: *A relação entre a responsabilidade social e ambiental com o desempenho financeiro: um estudo empírico na Bovespa no período de 1999 a 2006.*

Autores: Jesuína Figueira, Cezar (Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa Contabilidade, Economia e Finanças – Fucape), Annor da Silva Junior (Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa Contabilidade, Economia e Finanças – Fucape).

Área: **Mercado de Capitais**

Trabalho: *Retornos anormais big bayh e performance operacional anormal de firmas brasileiras envolvidas em fusões e aquisições no período de 2002 a 2006.*

Autores: Jorge Vieira da Costa Junior (Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – USP), Eliseu Martins (Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – USP)

Área: **Educação e Pesquisa em Contabilidade**

Trabalho: *Aplicação do método de ensino Problem Based Learning (PBL) no curso de Ciências Contábeis: um estudo empírico.*

Autores: Mara Alves Soares (Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – USP/RP), Adriana Maria Procópio de Araújo (Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – USP/RP).

CFC e Fipecafi assinam convênio de cooperação

A presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Maria Clara Cavalcante Bugarim, e o presidente da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) – entidade da Universidade de São Paulo (USP) –, Iran Siqueira Lima, assinaram, no dia 4 de julho, um convênio de cooperação destinado à capacitação de profissionais contábeis de todo o País. A assinatura do documento foi presenciada pelos presidentes e diretores dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), que se reuniram, nos dias 3 e 4 de julho, na sede do CFC, para participar do Seminário de Reflexão Estratégica do Sistema CFC/CRCs.

“Temos certeza de que os produtos que vamos ofertar para a classe, por meio desse convênio, serão de qualidade e poderão ter muito valor para os profissionais”, afirmou Maria Clara. Ela lembrou que a formação profissional tem sido uma preocupação para o CFC, uma vez que o Exame de Suficiência, realizado pelo Conselho Federal de Contabilidade até 2004, provou que a graduação em Ciências Contábeis tem sido ineficiente em grande parte das Instituições de Educação Superior (IESs) do Brasil. “Muitos não mostraram o mínimo de conhecimento necessário para o exercício profissional”, disse, acrescentando que o Conselho tem buscado a qualidade para a classe.

Iran Siqueira de Lima fez a apresentação do projeto ao lado das professoras Maria Rosa Trombetta e Sílvia Pereira Casanova, ambas da Fipecafi. “O ritmo acelerado das mudanças que envolvem a contabilidade e vêm ocorrendo no cenário internacional e, principalmente, no contexto brasileiro, coloca a classe contábil em uma nova posição dentro das organizações e da sociedade; são oportunidades recentes que requerem posturas e ações apropriadas do profissional”, afirmou o professor Iran Siqueira.

Dessa forma, segundo ele, a parceria entre o CFC e a Fipecafi busca



O presidente da Fipecafi, Iran Siqueira Lima; e a presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim

desenvolver um conjunto de ações com o objetivo de disponibilizar, de forma abrangente e democrática, as atualizações decorrentes da nova Lei das Sociedades por Ações. “Além disso, essa parceria busca proporcionar um ambiente dinâmico, no qual seja possível esclarecer dúvidas e manifestar opiniões sobre esse novo cenário da Contabilidade no Brasil”, destacou.

Produtos do convênio

O convênio de cooperação entre o CFC e a Fipecafi envolve a realização de palestras presenciais em treze estados. Essas palestras, iniciadas em 30 de junho, atingirão um público estimado de cerca de 2.500 profissionais. Também será disponibilizada, abertamente, uma palestra na internet, que terá possibilidade de acesso ilimitado. Ambas têm a finalidade de disseminar conhecimento sobre a Lei n.º 11.638/07, a Lei das S/A.

Para os profissionais que assistirem às palestras, de forma presencial ou virtual, a Fipecafi irá manter uma página na internet com um fórum para discussão e esclarecimento de dúvidas. Nesse fórum haverá área para o envio de perguntas, que serão analisadas e respondidas pelos professores da Fipecafi; uma biblioteca virtual, com materiais sobre a nova Lei; e uma área para o

envio de sugestões e de opiniões. O acesso a essa página também poderá ocorrer através dos *sites* do CFC e dos CRCs – nos próximos dias serão colocados os *links*.

Palestras presenciais

A partir do dia 30 de junho, o professor Ariovaldo dos Santos, da Faculdade de Economia, Adminis-

tração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, começou a ministrar o ciclo de palestras presenciais – cujo título é “A nova Lei das S/A e a internacionalização da contabilidade”. Até o final de julho, as palestras serão realizadas em 13 Conselhos Regionais de Contabilidade.

De acordo com o professor da USP, o conteúdo é constituído pelos temas: Internacionalização da Contabilidade no Brasil; Principais mudanças esperadas; A criação do “Livro de Apuração do Lucro Contábil” (Laluc); A nova estrutura do balanço; Avaliação de ativos e passivos; Intangível, imobilizado e diferido; Demonstração de Origens

de Aplicação de Recursos (DOAR) e Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); Demonstração do Valor Adicionado; Incorporação, fusão e cisão; Ajuste a valor presente de ativos e passivos; Sociedade de grande porte e regras diferenciadas por categoria de empresas; Mudanças pontuais de procedimentos contábeis; e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Curso a distância

Outro produto que faz parte do convênio é um curso a distância, modalidade de ensino fortemente baseada em tecnologia e ferramentas disponibilizadas pela internet. O *e-learning* vem sendo utilizado pela Fipecafi para a realização de cursos de extensão e de especialização desde 2006.

O curso que foi produzido especificamente para o convênio com o CFC tem conteúdo elaborado pelos professores da USP Sérgio de Iudicibus e José Carlos Marion. O desenho instrucional inclui os professores autores, o professor tutor e os assistentes *on-line*.

Com um total estimado de 24 horas/aula e período de nove semanas para a realização, o curso, cujo tema é Contabilidade Financeira, será constituído por aulas virtuais, exercícios e prova *on-line*. Haverá acompanhamento da frequência por meio da tutoria ativa. O certificado será expedido pela Fipecafi.

Todos os profissionais contábeis do País poderão procurar os Conselhos Regionais de Contabilidade para se inscreverem. O valor do curso é R\$ 360,00, mas para os profissionais em dia com suas unidades, o valor é R\$120,00.

Presidente Lula recebe presidente do CRCSP

O presidente do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (CRCSP), Sergio Prado de Mello, foi recebido em audiência pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 16 de junho, em São Paulo. Acompanhado pelo contador Antoninho Marmo Trevisan, atuante membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, Mello foi recebido com cordialidade pelo Presidente Lula.

O presidente do CRCSP aproveitou a oportunidade para levar ao Presidente várias reivindicações da classe contábil. A primeira delas foi o veto presidencial, assinado em 15 de dezembro de 2005, ao Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade. Mello explicou ao Presidente que o parecer do Ministério do Trabalho, que aconselhava o veto, baseou-se no artigo 3º do projeto original, que previa “exame de



Sergio Prado de Mello e o presidente Lula, em São Paulo

Domingos Tadeu de Oliveira Pinto

avaliação e competência para manutenção do registro”, mas estava excluído da redação final submetida à sanção. Esse equívoco, explicou o presidente do CRCSP, acabou causando o veto ao projeto de lei que estabelecia que os profissionais contábeis deveriam se submeter ao Exame de Suficiência para obter o registro nos Conselhos Regionais de Contabilidade, visando à comprovação do nível de conheci-

mento indispensável para o exercício da profissão.

Diante desse equívoco, Mello solicitou ao presidente Lula a liberação da bancada governista para derrubar o veto presidencial, na ocasião em que for levado ao Plenário do Congresso Nacional. “Para os contabilistas, o Exame de Suficiência é de fundamental importância, pois contribui com a melhora do desempenho profissional, beneficiando a educação, o mercado de trabalho e o serviço prestado à sociedade”, afirmou o presidente do CRCSP.

Entre outros assuntos abordados, o presidente do CRCSP também relatou ao Presidente Lula que o Decreto-Lei n.º 9.295/46, que rege a profissão contábil há 62 anos, precisa ser atualizado e, por isso, foi sub-

metido a várias audiências públicas, devendo, em breve, ser apresentado ao Congresso Nacional.

Mello também pediu o empenho do presidente Lula na questão do Simples Nacional, no tocante ao enquadramento das empresas de serviços contábeis, hoje enquadradas na Tabela 5. O atual ministro da Previdência Social, José Pimentel, quando exercia mandato de deputado federal, foi o portador da reivindicação das empresas de serviços contábeis quanto ao reenquadramento na Tabela 3.

Ele também foi o portador de convite feito pela presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim, para que o presidente Lula compareça à abertura do 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, no dia 24 de agosto, em Gramado (RS).

Fonte: Assessoria de Imprensa do CRCSP

CFC e Fenacon participam de audiência no Senado



Antonio Marangon, Valdir Pietrobon, senador Garibaldi Alves, Maria Clara Cavalcante Bugarim e Edson Oliveira da Silva

O presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves Filho (PMDB/RN), recebeu em audiência, em maio, a presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Maria Clara Cavalcante Bugarim; o presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon), Valdir Pietrobon; o vice-presidente da Fenacon, Antonio Marangon; e o presidente do Sindicato dos Contabilistas do Rio Grande do Norte, Edson Oliveira da Silva.

A presidente do CFC apresentou a entidade ao senador, lembrando que hoje há cerca de 400 mil contabilistas registrados nos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), compondo uma classe com grande poder de contribuição para o desenvolvimento do País. Como exemplo, ela citou a importância da participação dos profissionais contábeis no processo atual de discussão da Reforma Tributária.

Após entregar ao senador Garibaldi Alves Filho o convite do 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade (CBC), que irá ocorrer

de 24 a 28 de agosto, em Gramado (RS), Maria Clara solicitou ainda ao presidente do Senado a inclusão, na pauta de votação do plenário, do veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto de lei que institui o Exame de Suficiência. Esse projeto (n.º 2.485/03) foi aprovado pela Câmara e pelo Senado, mas

vetado pelo presidente, em função de equívoco da assessoria do Ministério do Trabalho e Emprego.

O presidente da Fenacon também apresentou pauta na audiência com o presidente do Senado. Valdir Pietrobon pediu apoio do senador quanto à tramitação do projeto de lei complementar que trata da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (PLC n.º 127/07). Outros assuntos abordados por Pietrobon foram a Reforma Tributária e a reativação do Núcleo Parlamentar de Estudos Contábeis e Tributários.



Divulgação

Presidente do CRCRN no Senado

A presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte (CRCRN), Maria do Rosário de Oliveira, aproveitou a estada em Brasília, nos dias 3 e 4 de julho, por ocasião do Seminário de Reflexão Estratégica do Sistema CFC/CRCs, para realizar audiências com os senadores da bancada potiguar, Garibaldi Alves Filho (PMDB), que é presidente do Senado, e José Agripino Maia, líder do partido Democratas naquela Casa.

Maria do Rosário levou aos senadores o pedido para que os projetos de interesse da classe tenham tramitação agilizada. Segundo ela, Garibaldi Alves e José Agripino foram bastante receptivos e se comprometeram em dar atenção aos projetos de lei. Ambos fizeram elogios à classe e destacaram o importante papel desempenhado pelos contabilistas na sociedade brasileira.

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM), terceira integrante da bancada do estado no Senado, foi contatada por telefone, pois não se estava no prédio. “Também estamos fazendo contatos com os deputados federais do Estado”, destacou Maria do Rosário, ressaltando o bom relacionamento que vem sendo mantido com os parlamentares.

CReCER 2008: Contabilidade e Responsabilidade na América Latina

O Banco Mundial, a Federação Internacional de Contabilistas (IFAC) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) realizaram a 2.ª Conferência sobre Contabilidade e Responsabilidade para o Crescimento Econômico Regional da América Latina e Caribe (CReCER) nos dias 11 a 13 de junho, em San Salvador, capital de El Salvador.

A presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Maria Clara Cavalcante Bugarim, participou da Conferência juntamente com o vice-presidente Técnico do CFC, Nelson Mitimasa Jinzenji, e com os conselheiros Verônica Souto Maior e Luiz Carlos Vaini. A delegação brasileira contou ainda com representantes de outras instituições e de órgãos governamentais brasileiros, como Ibracon, Banco Central, CVM, TCU, STN e BNDES.

O CReCER 2008 recebeu mais de 300 participantes, incluindo executivos

de negócios, reguladores financeiros, acadêmicos, profissionais, representantes governamentais e de instituições contábeis de todo o continente, além de membros de outros órgãos internacionais.

O principal objetivo da Conferência sobre Contabilidade e Responsabilidade para o Crescimento Econômico Regional da América Latina e Caribe (CReCER) foi criar uma consciência maior da importância de informações financeiras e de auditoria adequadas, visando ao bom desenvolvimento da economia de mercado e de um setor público eficiente, que são as pedras angulares para o desenvolvimento econômico sustentável e equitativo.



Membros da delegação brasileira no evento

A Conferência significou uma oportunidade para os profissionais entrarem em contato com os

principais líderes contábeis, participarem de workshops e partilharem experiências, objetivos e soluções para o reforço da responsabilidade contábil no âmbito das economias da região.

Este ano, a Conferência centrou-se na evolução, nas experiências, nas técnicas e nas questões identificadas pelos participantes de 2007 como de maior relevância para os seus países e áreas de especialização. Entre os oradores, incluíram-se representantes de órgãos normatizadores, líderes empresariais, acadêmicos

provenientes de países da América Latina e Caribe e de organizações internacionais da área contábil.

BRIC Fórum: Brasil, Rússia, Índia e China discutem convergência de normas

A presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Maria Clara Cavalcante Bugarim, participou do “BRIC Fórum – o caminho para a convergência”, evento promovido pela Federação Internacional dos Contadores (Ifac, na sigla em inglês) e realizado em Nova York, no dia 19 de maio. O Fórum contou com representantes de instituições da área contábil do Brasil, Rússia, Índia e China – países emergentes que compõem o acrônimo BRIC –, além de membros da Ifac, entidade que tem sede nos Estados Unidos.

A delegação brasileira no evento contou também com a presença dos conselheiros do CFC Verônica Cunha de Souto Maior e Luiz Carlos Vaini; do professor Lino Martins da Silva, da Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro e membro do Grupo Assessor das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público; do coordenador-geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Paulo Henrique Feijó; e da consultora do

Departamento de Normas do Banco Central do Brasil, Sílvia Marques de Brito e Silva.

Após a abertura do Fórum, feita pelo presidente da Ifac, Fermín del Valle, houve explanações dos quatro países sobre Relatórios de Convergência: Progressos Realizados e Desafios Restantes. A respeito do tema “Normas Internacionais de Auditoria”, falou em nome do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) Sílvia Marques. O conselheiro do CFC Luiz Carlos Vaini abordou o tema “Código de Ética”. O terceiro



A presidente Maria Clara Cavalcante Bugarim; o presidente da IFAC, Fermín del Valle; e a conselheira Verônica Souto Maior

tema focado foi “Normas Internacionais de Contabilidade Pública”, que contou com a apresentação do coordenador-geral de Contabilidade da STN, Paulo Henrique Feijó.

Em seguida, houve mesa-redonda com a participação de todos os representantes dos quatro países. A presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim, afirmou que, no Brasil, há vários desafios a serem superados para a implantação da convergência das normas contábeis nacionais ao padrão internacional. Ela citou como exemplo o expressivo

número de profissionais – cerca de 400 mil contabilistas registrados nos CRCs –, as diferenças regionais e a falta de um organismo central para normatizar. Maria Clara destacou que foi buscada, inicialmente, a chamada “convergência interna” com todas as entidades reguladoras do País. Ela citou também como marcos importantes

a criação do CPC e do Comitê de Convergência do Brasil.

Além disso, a presidente do CFC afirmou que no Brasil há cerca de mil Instituições de Educação Superior (IESs) que possuem o curso de Ciências Contábeis, mas que apenas 30% delas incluem conhecimentos de Contabilidade Internacional no currículo. Maria Clara informou aos participantes do BRIC Fórum que o CFC mantém ações que buscam uma maior aproximação com as instituições acadêmicas, destacando como exemplo a realização do Curso de Contabilidade Internacional, para atender a um público de noventa professores, que terão o compromisso posterior de disseminar os conhecimentos adquiridos a docentes de seus respectivos estados.

Ao encerrar o encontro, o presidente da Ifac, Fermín del Valle, disse que foi um desafio, para a Federação Internacional dos Contadores, reunir quatro países de culturas diferentes e conhecer melhor as iniciativas desenvolvidas por cada um.

CFC e CTOC assinam protocolo de transferência de conhecimento

O IX Congresso Internacional de Contabilidade do Mundo Latino (Prolatino) foi realizado nos dias 9 e 10 de maio em Lisboa, Portugal, numa realização da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC) daquele país. Um dos destaques do evento foi a assinatura, entre o Conselho Federal de Contabilidade e a CTOC, do protocolo referente ao Projeto de Transferência de Conhecimento da Profissão Contábil para os Países de Língua Portuguesa – Experiências de Brasil e Portugal.

A delegação brasileira no IX Prolatino foi composta pela presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Maria Clara Caval-



A presidente do CFC e o presidente da CTOC, António Domingues de Azevedo

cante Bugarim; por vice-presidentes e conselheiros do CFC e por representantes de doze Conselhos Regionais de Contabilidade, somando-se 24 contabilistas do Sistema CFC/CRCs. Eles puderam trocar experiências e obter informações sobre os rumos da Contabilidade na Europa.

A solenidade de abertura contou com a participação da presidente do CFC, que também fez palestra sobre o tema “A Contabilidade e o Conhecimento

Científico”. Maria Clara abordou a evolução da Contabilidade através dos tempos e enfocou as diferentes escolas de pensadores, inclusive citando a Resolução CFC n.º 774/94 – que se alicerça na premissa de que a Contabilidade é uma Ciência Social com plena fundamentação epistemológica. “A Contabilidade, como Ciência Social Aplicada, tem uma vastíssima função a cumprir, não somente junto ao Fisco, mas, principalmente, como fator de orientação gerencial, com vistas à criação, multiplicação e controle da própria riqueza, sem a qual não haveria o que tributar”, afirmou na palestra.

Dentro do tema “A Função Social da Contabilidade”, o vice-presidente

de Desenvolvimento Operacional do CFC, Juarez Domingues Carneiro, falou sobre Responsabilidade Socioambiental e Balanço Social. Segundo ele, a Contabilidade é uma ciência da informação, e o contador, como formador de opinião, pode elaborar o Balanço Social das Organizações.

Juarez Carneiro apresentou os projetos desenvolvidos pela Comissão de Responsabilidade Socioambiental do CFC; falou sobre o Programa Contabilizando o Sucesso, realizado pelo Conselho em parceria com o Sebrae Nacional; e, na área internacional, detalhou o Projeto de Transferência de Conhecimentos da Profissão Contábil para os Países de Língua Portuguesa, a ser concretizado por meio de convênio do CFC com a CTOC. “Este é considerado o maior projeto de responsabilidade socioambiental entre a mesma categoria profissional de dois países”, afirmou.

Além das palestras realizadas pela presidente e pelo vice-presidente de Desenvolvimento Operacional do CFC, o IX Prolatino contou também com palestrantes de Portugal, da Espanha e da Itália. O encerramento do evento foi feito pelo presidente da CTOC, António Domingues de Azevedo; pela presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim; e pelo consagrado professor brasileiro Antônio Lopes de Sá.



António Domingues de Azevedo e o vice-presidente Operacional do CFC, Juarez Domingues Carneiro

Idealizador do Prolatino enfoca a importância da ciência



Um dos idealizadores do Congresso Internacional de Contabilidade do Mundo Latino, o professor **Antônio Lopes de Sá** falou a respeito do tema “Teoria do valor e valor da Teoria”. Segundo ele, “sem a doutrina científica, a prática tende a cometer sérios erros e ensejar a redução da própria dignidade do exercício profissional”. Além disso, na opinião do professor, existe uma hierarquia do conhecimento humano que se inicia com a simples observação, com o hábito de fazer as coisas ou imitar o que os outros fazem, sendo isso manifestação apenas empírica.

“Onde falta a ciência, falta a verdade”, afirmou Lopes de Sá, para quem a “verdade não se constrói por consenso e nem por efeitos compulsórios de normas e regulamentos”. Ele disse ainda, durante palestra no IX Prolatino, que “a ciência é um complexo de teorias, estas de teoremas e estes de raciocínios organizados e conduzidos por metodologia própria”.

De acordo com o professor, a Contabilidade está muito além das contas e das demonstrações: “Importante não é apenas o informar, mas, sim, o saber o que se faz com a informação”. Ele acrescentou também

que “a ciência contábil construiu-se com inteligências luminosas que criaram as suas doutrinas”.

“Hoje estamos diante de movimentos normativos, preocupados com as Bolsas de Valores, afastados da ciência e do direito e que ameaçam os conceitos de valor e abrem as portas à volatilidade, que pode fazer repetir os já muitos escândalos que escreveram as páginas de humilhação e vergonha de nossa comunidade, difundidos pela imprensa mundial”, afirmou Lopes de Sá, concluindo: “Normas não são ciências e só merecem crédito as que se fundamentam em bases científicas”.

Presidentes dos CRCs discutem diretrizes do Sistema

Os presidentes e diretores dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) participaram, nos dias 3 e 4 de julho, na sede do Conselho Federal de Contabilidade, do Seminário de Reflexão Estratégica do Sistema. Na pauta do evento, o tema principal foi a construção conjunta de um modelo de gestão para as entidades que integram o Sistema: o CFC e os 27 CRCs.

Durante o Seminário, os presidentes dos CRCs discutiram e traçaram as diretrizes estratégicas, dando continuidade ao trabalho iniciado no Seminário anterior, ocorrido nos dias 28 e 29 de fevereiro. Naquela ocasião, alguns pontos do Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs já haviam sido definidos, como a visão de futuro: “Ser referência nacional e internacional como órgão de profissão regulamentada, politicamente articulado e formador de opinião em questões socioeconômicas, tributá-



Os presidentes se reuniram no plenário do CFC

rias, técnicas e organizacionais, consolidando a profissão contábil como fator de proteção da sociedade”.

“Precisamos ter consciência de que estamos todos no mesmo barco, remando na mesma direção. Agora, estamos aqui para definir qual é essa direção e aonde queremos chegar”, afirmou a presidente

Maria Clara Cavalcante Bugarim na abertura do Seminário.

Na programação do Seminário, também constaram apresentações dos vice-presidentes do CFC, que abordaram as ações que estão sendo desenvolvidas nas suas respectivas áreas. Em seguida, os presidentes dos CRCs tiveram espaço para fazer sugestões.

Controle Interno agiliza trabalho com ferramentas de TI

Cumprindo o desenvolvimento do cronograma do projeto elaborado no início da gestão, a Vice-presidência de Controle Interno do Conselho Federal de Contabilidade está utilizando ferramentas de Tecnologia da Informação para melhorar a comunicação e agilizar processos de trabalho com os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs). Exemplos são o Fórum de Perguntas e Respostas, que já está em operação, e o Sistema de Envio Eletrônico de Balancetes e Créditos Adicionais, implementado no início de julho.

De acordo com o vice-presidente de Controle Interno do CFC, Adeildo Osório de Oliveira, com o novo Sistema haverá uma redução significativa no custo de armazenamento e de remessa, via Correios, dos balancetes e créditos adicionais, pois não será mais necessária a guarda física desses documentos. Além disso, essa ferramenta de TI deverá melhorar a qualidade da informação produzida, uma vez que a tendência de padronização torna-se mais acentuada.

Considerado um canal de comunicação mais eficiente entre os emisso-

res e os receptores das informações, o Sistema de Envio Eletrônico de Balancetes e Créditos Adicionais também deverá trazer outros resultados, como a facilidade na correção de eventuais procedimentos adotados pelos CRCs, de acordo com o vice-presidente.

Dessa forma, Adeildo Osório de Oliveira destaca como objetivos principais da ferramenta a possibilidade de um controle sistêmico e moderno de recepção no CFC de balancetes (para acompanhamento) e de créditos adicionais (para apreciação); a manutenção de salvaguarda das demonstrações financeiras e dos créditos em arquivos eletrônicos, atendendo a dispositivos regimentais; e a criação de um banco de dados de fácil acesso por parte dos usuários da informação.

O Sistema utiliza a Web para anexar os documentos e para visualizá-los. O funcionamento se dará da seguinte forma: o profissional do CRC deverá abrir o mês e anexar os documentos dos balancetes e dos créditos adicionais. Depois de anexar todos os documentos, esse profissional deverá conferir as informações anexadas e

fazer o fechamento do mês – nesse momento será solicitada novamente a senha do CRC para certificar as informações anexadas.

O vice-presidente destaca ainda que a forma eletrônica de encaminhamento dos demonstrativos contábeis possibilitará uma economia de quase 20 mil folhas de papel ao ano, contribuindo com a consciência e responsabilidade socioambiental.

Fórum

“O fórum de comunicação é uma ferramenta inovadora, que introduz uma nova metodologia de comunicação, preservando e democratizando todas as consultas, além de permitir criar, ao longo do tempo, um banco de dados, no qual todas as dúvidas e seus respectivos esclarecimentos poderão ser compartilhados por todos”, afirma o vice-presidente de Controle Interno do CFC. Para ele, essa iniciativa pode ser considerada “um pequeno passo para a Câmara de Controle Interno e um grande avanço na comunicação do Sistema CFC/CRCs”.

O 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade (CBC), que irá ocorrer de 24 a 28 de agosto, foi outro tema abordado, em função da abrangência desse evento, que terá cerca de cinco mil participantes.

Ainda, o Seminário teve um espaço reservado para a apresentação do coordenador da Comissão de Estudos do CFC para a Reforma Tributária, José Maria Martins Mendes. Ele expôs o resultado da análise feita pelo Grupo sobre o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 233/08, de autoria do Poder Executivo, que altera o Sistema Tributário Nacional.

O Seminário de Reflexão Estratégica do Sistema CFC/CRCs contou também com uma apresentação do coordenador do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, Carlos Alves Moura, que explicou aos presidentes dos Conselhos a importância do engajamento da sociedade nesse trabalho.

Divulgação



Vice-presidente Adeildo Osório de Oliveira

O Fórum de Controle Interno foi disponibilizado aos Regionais em março deste ano, a partir de ofício informativo enviado pela presidente Maria Clara Cavalcante Bugarim. Desde então, os contadores e os diretores dos CRCs podem, mediante *login* e senha próprios, tirar suas dúvidas operacionais relacionadas às áreas de Controle Interno, Auditoria e Sistema SPW.

De março a junho, o banco de dados do fórum já registrou 34 dúvidas dos contadores dos Regionais. Para facilitar a pesquisa, os dados estão armazenados por assunto – por exemplo, Contabilidade, Orçamento e Créditos Adicionais, Empenho, Contratos, Licitação, etc.

Realizado em junho o 8º EQT

As provas do 8º Exame de Qualificação Técnica (EQT), promovido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), foram realizadas de 23 a 25 de junho, nos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) dos estados que receberam

inscrições. O EQT é destinado aos contadores que pretendem atuar em auditoria no mercado financeiro, de valores mobiliários e de seguros privados.

A partir de 2008, o EQT passou a ser realizado apenas uma vez

por ano. Dessa forma, o 9º Exame terá edital publicado nos primeiros meses de 2009.

Para o 8º EQT, foi registrado o total de 690 inscrições, sendo 492 para prova de Qualificação Técnica Geral, 149 para a do Ban-

co Central do Brasil e 49 para a da Superintendência de Seguros Privados (Susep). A aprovação no Exame é condição necessária para o registro do contador no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) do CFC.

Entrevista

Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral tem apoio do Sistema CFC/CRCs

O secretário executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz – organização ligada à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) –, e do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) – Carlos Alves Moura, esteve no Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em junho, para falar aos conselheiros da instituição sobre os trabalhos que têm sido feitos pelo Movimento na busca por mudanças na lei eleitoral. O Comitê Nacional do MCCE é composto por 35 entidades nacionais, entre elas o Conselho Federal de Contabilidade.

Conheça o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral nesta entrevista com Carlos Moura:

Quais são os principais objetivos do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral?

Moura: Colaborar na fiscalização dos processos de campanhas eleitorais, sobretudo naquilo que se relaciona com a compra de votos, além de promover esclarecimentos aos eleitores sobre a responsabilidade democrática do voto. O voto é uma das mais autênticas manifestações de cidadania.

Quando esse Movimento se iniciou?

Moura: O Movimento começou com a preocupação de modificar um costume disse-

minado em todo o Brasil, o da compra de votos. Por isso, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) liderou, nos anos de 1998 e 1999, um projeto de iniciativa popular. Essa proposta foi transformada na Lei n.º 9.840/99, que pune com a perda do registro ou leva à cassação dos candidatos que tiverem a compra de votos provada em juízo. A CNBB não esteve só nessa tarefa, contando com a Comissão Brasileira Justiça e Paz, como seu executivo, e ainda obteve parceiros como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/Nacional) e mais de 30 entidades da sociedade civil, que constituíram, no ano 2000, o Movimento Nacional de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE). Hoje, o MCCE possui comitês espalhados por todo Brasil.

O Movimento está recolhendo 1,3 milhão de assinaturas de eleitores para apresentar um Projeto de Lei de Iniciativa Popular à Câmara dos Deputados, com a finalidade de propor mudanças na Lei n.º 9.840/99. Quais as principais alterações reivindicadas pelo Movimento?

Moura: As principais alterações propostas na Lei em vigor são: tornar inelegível quem tiver sido condenado

Responsabilidade Socioambiental no CFC

A vice-presidente de Administração do CFC, Silvia Mara Leite Cavalcante, e os conselheiros Francisco Fernandes de Oliveira e Miguel Ângelo Martins Lara têm participado das atividades do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral. Eles são membros da Comissão de Responsabilidade Socioambiental do CFC, lançada oficialmente em abril de 2007.

“O trabalho da Comissão nos dá

uma grande satisfação ao executá-lo, pois nos sentimos mais humanos e cidadãos. Abordar os aspectos da assistência social; cuidados com o meio ambiente; a importância do lazer e da cultura; e, ainda, o trabalho (que está em desenvolvimento) sobre as análises de licitações e prestação de contas públicas – tarefas para as quais não há profissional mais indicado que o profissional contábil – nos enriquece muito como cidadãos”, afirma Silvia Mara Leite Cavalcante.



Divulgação

em primeira ou única instância ou tiver contra si denúncia recebida por órgão judicial colegiado; aumentar para oito anos o tempo da inelegibilidade – também para os que renunciarem ao cargo para evitar abertura de processo por quebra de decoro parlamentar ou desrespeito à Constituição; especificar os crimes graves que impediriam candidaturas, como homicídio doloso, abuso de autoridade, exploração sexual de crianças e adolescentes, crimes eleitorais, tráfico de drogas, malversação do patrimônio público e outros.

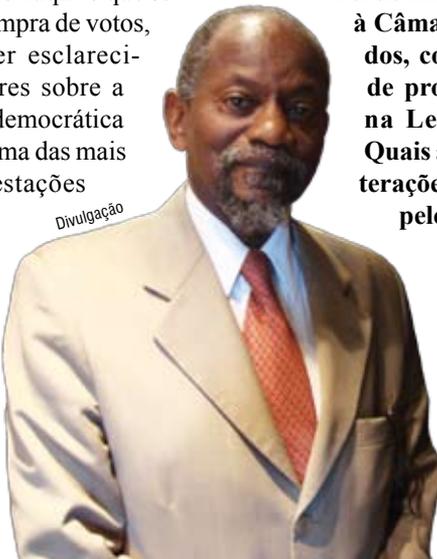
De que forma os profissionais da Contabilidade podem contribuir para elevar o comportamento ético na política brasileira?

Moura: Os profissionais da Con-

tabilidade exercem uma das atividades mais importantes em uma sociedade organizada e podem, mediante uma postura ilibada, contribuir muito para a modificação de mentalidades, a fim de que os princípios morais e éticos sejam garantidos.

Em sua opinião, qual a importância de os conselhos de profissões regulamentadas exercerem esse tipo de atuação?

Moura: Uma das condições primordiais para a melhoria da qualidade de vida é o respeito ao ser humano e ao meio ambiente. Acredito que os conselhos profissionais, pela sua grande rede de comunicação, têm condições de contribuir, com eficácia, para a melhoria e a preservação do meio ambiente.



Divulgação



Seja um assinante da
REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE

Acesse o site www.cfc.org.br e faça a sua assinatura on-line.

Você pode ainda ligar gratuitamente para 0800-611946, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas ou enviar um fax (61) 3226-6547.

